



# ECONOMIA INVISÍVEL E SUSTENTABILIDADE FAMILIAR: A GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO CONTEXTO URBANO ANGOLANO

## INVISIBLE ECONOMY AND FAMILY SUSTAINABILITY: THE FINANCIAL MANAGEMENT OF DOMESTIC WORKERS IN THE ANGOLAN URBAN CONTEXT

Avís Gelson Ngueve Miguel <sup>1\*</sup> ; Teresa João Mateus Hermenegildo <sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango - ISPEL. Huíla-Angola. \* E-mail: [avismiguell@gmail.com](mailto:avismiguell@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Huíla-Angola.

### RESUMO

O presente artigo aborda a temática Economia Invisível e Sustentabilidade Familiar: A Gestão Financeira das Empregadas Domésticas no Contexto Urbano Angolano. A pergunta de partida orientadora foi: Como as empregadas domésticas, actuando na economia informal urbana angolana, gerem as suas finanças e de que modo essas práticas contribuem para a sustentabilidade económica e social das suas famílias? O objectivo geral consistiu em analisar a gestão financeira e a sustentabilidade familiar das empregadas domésticas. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, envolveu uma população composta por empregadas domésticas angolanas e uma amostra de 60 participantes, seleccionadas por amostragem probabilística aleatória simples. Os resultados evidenciaram que 95% das inquiridas planeiam o uso do dinheiro, 91,66% realizam algum tipo de poupança e 65% são as principais responsáveis pelas despesas familiares. As duas hipóteses formuladas foram validadas, confirmando que essas mulheres desenvolvem práticas financeiras adaptadas à

### ABSTRACT

This article addresses the theme “Invisible Economy and Family Sustainability: The Financial Management of Domestic Workers in the Urban Angolan Context.” The guiding research question was: How do domestic workers, operating within the urban informal economy in Angola, manage their finances, and how do these practices contribute to the economic and social sustainability of their families? The main objective was to analyze the financial management and family sustainability of domestic workers. The research, quantitative and descriptive in nature, involved a population composed of Angolan domestic workers and a sample of 60 participants, selected through simple random probabilistic sampling. The findings revealed that 95% of respondents plan their monthly spending, 91.66% engage in some form of saving, and 65% are the main financial providers in their households. The two hypotheses formulated were validated, confirming that these women develop financial practices adapted to their socio-



sua realidade e que estas contribuem parcialmente para a sustentabilidade das suas famílias. Conclui-se que a economia invisível, sustentada por essas trabalhadoras, representa um pilar essencial e silencioso da sustentabilidade social urbana em Angola.

**Palavras-chave:** economia invisível; gestão financeira; empregadas domésticas; sustentabilidade familiar; Angola.

economic conditions and that such practices partially contribute to their families' sustainability. It is concluded that the invisible economy, sustained by these workers, represents an essential and silent pillar of urban social sustainability in Angola.

**Keywords:** invisible economy; financial management; domestic workers; family sustainability; Angola.

## Introdução

Em contextos urbanos contemporâneos, a economia invisível, composta por trabalho informal, não regulado, com pouca ou nenhuma protecção social, emerge como elemento estrutural das dinâmicas de reprodução social e económica. De acordo com *International Labour Organization* (ILO, 2024), o trabalho doméstico remunerado e não remunerado figura como peça central desse universo invisível, sustentando lares, comunidades e, em última instância, os sistemas urbanos como um todo. Segundo Warin *et al.* (2024), a economia do cuidado, que inclui o trabalho doméstico, está imbricada com desigualdades económicas, de género e de raça, sendo frequentemente desvalorizada ou marginalizada nos discursos políticos e académicos.

De uma perspectiva internacional, Mahon (2024, p.28), argumenta que o conceito de “*care economy*” tem-se expandido como projecto feminista multinível, especialmente na América Latina e Caribe, mas com relevância crescente para outras regiões do Sul Global. Este impulso teórico evidencia que práticas como a gestão financeira doméstica e familiar não são apenas decisões individuais, mas respostas a contextos estruturais de instabilidade, desigualdade e ausência de regulação.

Transpondo para Angola, os indicadores apontam para desafios significativos no que se refere à literacia financeira, inclusão financeira e desigualdade de género no trabalho doméstico. De acordo com um inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE), apenas (24,7%) dos angolanos dominam conceitos básicos de literacia financeira, este nível é mais elevado nas zonas urbanas (62,2%) e entre as mulheres (55,1%) (INE, 2023). Também se estima que cerca de (32%) da população adulta possui conta bancária,

dimensionando a margem com que muitos angolanos permanecem fora do sistema financeiro formal.

Além disso, o Relatório sobre o Uso do Tempo em Angola revela que mulheres com 15 anos ou mais dedicam, em média, 5 horas e 8 minutos por dia a trabalho doméstico não remunerado ou cuidados a dependentes, comparados com 2 horas e 12 minutos dos homens (INE, 2023). Esse desequilíbrio evidencia não só uma divisão de género de trabalho doméstico, mas também pressões sobre o tempo disponível para outras actividades, como lazer, formação ou mesmo gestão pessoal da saúde financeira.

A escolha deste tema emerge da necessidade ética e científica de dar visibilidade a um segmento laboral historicamente silenciado, mas essencial à sustentação das economias urbanas angolanas: as empregadas domésticas. Num país onde a informalidade atinge dimensões estruturais e a literacia financeira permanece restrita, compreender como estas mulheres, muitas vezes chefes de família, constroem estratégias de sobrevivência e de futuro é iluminar uma dimensão da economia que pulsa fora dos bancos, das estatísticas e das políticas públicas. Este olhar não apenas contribui para a ampliação do conhecimento científico sobre a economia doméstica e o trabalho informal, mas também reafirma a urgência de políticas inclusivas que reconheçam a dignidade e o valor económico do cuidado e da manutenção da vida.

Assim, para delimitar o estudo, elegeu-se a seguinte pergunta de partida: Como as empregadas domésticas, actuando na economia informal urbana angolana, gerem as suas finanças e de que modo essas práticas contribuem para a sustentabilidade económica e social das suas famílias?

### **Hipóteses:**

1. As empregadas domésticas desenvolvem práticas informais e criativas de gestão financeira que garantem as mínimas condições das suas famílias, mesmo em contextos de instabilidade económica.
2. O limitado acesso a educação financeira e a serviços bancários reduz significativamente a capacidade de poupança e investimento destas trabalhadoras.



**Objectivo Geral:** Analisar as práticas de gestão financeira das empregadas domésticas no contexto urbano angolano, compreendendo como essas estratégias influenciam a sustentabilidade económica e social das suas famílias.

**Objectivos Específicos:** Identificar os principais métodos e instrumentos utilizados pelas empregadas domésticas na administração dos seus rendimentos familiares; Avaliar a relação entre literacia financeira, acesso a serviços formais e estabilidade económica no quotidiano das trabalhadoras domésticas.

## **Metodologia**

Os procedimentos técnicos utilizados neste artigo foram a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Dias (2018), a pesquisa bibliográfica tem como objectivo proporcionar ao investigador um contacto directo com a totalidade das produções escritas acerca de um determinado tema, permitindo o seu aprofundamento e análise crítica. Trata-se, portanto, da etapa inicial de qualquer investigação científica.

O estudo de caso é apresentado por Martins e Theóphilo (2007), como a investigação empírica caracterizada por analisar fenómenos no seu contexto real em que o investigador não exerce controlo sobre as variáveis ou os acontecimentos observados. O estudo de caso, nesse sentido, constitui um método que permite uma imersão profunda na realidade social, favorecendo uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenómenos estudados.

Quanto a abordagem do estudo, utilizou-se a quantitativa. De acordo com Dias (2018), a pesquisa quantitativa utiliza a quantificação nas modalidades de colecta de dados e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas.

Em relação aos objectivos, esse estudo foi caracterizado como descritivo. Segundo Lakatos e Marconi (2016), este estudo procura medir, avaliar e recolher dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenómeno a ser desenvolvido.

A população-alvo corresponde às 500 empregadas domésticas angolanas. O estudo recorreu a amostragem probabilística aleatória simples, aplicando critérios de acessibilidade territorial e equilíbrio proporcional. A amostra final incluiu 60 participantes

distribuídas por dez províncias, respeitando critérios de aleatoriedade e viabilidade logística. A justificação dessa distribuição assentou na representatividade mínima regional. A selecção foi realizada com base na técnica de amostragem probabilística aleatória simples, de forma a assegurar a equidade na escolha das participantes. Por razões éticas e de confidencialidade, a identidade das colaboradoras foi preservada, garantindo o cumprimento dos princípios de anonimato e consentimento informado

Quanto aos métodos, utilizou-se o método de análise e síntese: este método ajudou na sintetização dos conteúdos que foram colhidos; Método indutivo: é um processo de raciocínio que parte de casos ou observações particulares para chegar a conclusões gerais, ou seja, observa-se algo específico e, a partir disso, formula-se uma regra ou princípio geral, sobretudo quando olha-se para a abordagem teórica sobre economia invisível e sustentabilidade familiar - a gestão financeira das empregadas domésticas; Método estatístico: este método auxiliou no processamento e no tratamento das informações obtidas através dos inquéritos por questionário aplicados à amostra seleccionada; Questionário: foi utilizado partindo de um modelo de questões entre os pesquisadores e as pesquisadas, no sentido de apurar o objecto em estudo.

## **Fundamentação teórica**

### **A Economia Invisível: Conceitos, Dimensões e Desafios Contemporâneos**

A economia invisível configura-se como um vasto domínio onde circulam práticas económicas que, embora gerem valor social e material, permanecem fora do olhar estatístico e da regulação formal.

O conceito de economia invisível abrange actividades que não são registadas nos sistemas formais de contabilidade nacional. Esta categoria engloba múltiplas manifestações, desde tarefas domésticas não remuneradas - frequentemente esquecidas, apesar do seu peso na reprodução social - até microtrabalhos digitais dispersos em plataformas, onde o labor humano se dilui em gestos breves, fragmentados e muitas vezes anónimos. Engloba ainda práticas económicas que não são necessariamente ilegais, mas que se mantêm fora da visibilidade institucional por razões culturais, administrativas ou estruturais. Assim, a economia invisível constitui um conjunto híbrido, onde convivem



formas de subsistência, estratégias de resistência social e actividades que operam deliberadamente à margem das normas fiscais (Chen, 2022).

As suas dimensões podem ser compreendidas em três planos interligados:

1. Informalidade produtiva e laboral: Integra trabalhos ocasionais, prestações de serviços sem contrato, trocas comunitárias assentes em reciprocidade e conhecimento local. Concentra práticas que emergem como resposta directa a insuficiências do mercado formal, criando ambientes de proximidade onde confiança e reputação funcionam como moeda simbólica.
2. Economia subterrânea: Corresponde a actividades intencionalmente ocultadas, realizadas com o propósito de evitar tributação, regulação ou supervisão estatal. Aqui se situam sectores que, embora possam fornecer bens e serviços legítimos, se estruturam na opacidade e no risco calculado.
3. Economia digital oculta: Uma vertente emergente, marcada pela expansão das plataformas digitais. Inclui microtarefas remuneradas, produção de dados gerados pelos utilizadores, trabalho automatizado supervisionado por humanos e outras formas de contributo invisível para cadeias de valor algorítmico. Trata-se de um domínio onde o trabalho é frequentemente desmaterializado, precarizado e difícil de quantificar.

Os desafios colocados pela economia invisível são amplos e atravessam esferas estatísticas, sociais, políticas e éticas. Em termos de medição, as metodologias clássicas de recolha de dados mostram-se insuficientes para captar dinâmicas fluidas e descentralizadas (Portes & Haller, 2023). O que não se mede tende a não ser considerado nas políticas públicas, produzindo uma desfasagem entre a real estrutura económica de um país e a leitura oficial das suas actividades produtivas.

Segundo Portes & Haller (2023), no plano social, a economia invisível desempenha um papel ambivalente. Por um lado, serve de rede de apoio, oferecendo alternativas de rendimento a grupos vulneráveis, por outro, perpetua situações de informalidade, ausência de protecção laboral e fragilidade institucional. Ao nível político, coloca ao Estado o desafio de encontrar um equilíbrio entre fiscalização, inclusão e incentivo à formalização, sem comprometer meios de sobrevivência que, para muitos, são a única via possível.

Finalmente, no campo ético, suscita questões profundas sobre dignidade, reconhecimento e valorização do trabalho humano, sobretudo em contextos onde acções socialmente essenciais permanecem invisibilizadas.

Em Angola, essa realidade adquire contornos particulares. De acordo com (INE, 2023), a economia informal representa cerca de (80%) do emprego nacional, e grande parte dessa força laboral é feminina. Mulheres que limpam, cozinham, vendem, cuidam e, sobretudo, sustentam famílias inteiras com rendimentos incertos, mas com uma disciplina económica admirável. Compreender essa economia é reconhecer a inteligência económica das margens, a arte de transformar a escassez em sobrevivência, e a invisibilidade em resistência.

### **Trabalho Doméstico: Género, Invisibilidade e Reconhecimento Social**

O trabalho doméstico é, talvez, uma das expressões mais silenciosas e persistentes das desigualdades sociais e de género. Ele acontece atrás das portas das casas, no ritmo íntimo da vida quotidiana, onde mãos anónimas cozinham, limpam, cuidam e organizam o que permite que o mundo funcione. Como observa Anderson (2021, p.31), “a casa é também um local de produção”, embora a sua economia seja frequentemente invisível porque se confunde com o afecto e o dever. Nessa fusão entre o amor e a necessidade, o trabalho das mulheres torna-se estrutural e, ao mesmo tempo, desvalorizado.

Historicamente, a naturalização das tarefas domésticas como uma vocação feminina serviu para perpetuar uma das formas mais eficazes de invisibilidade social. Federici (2020), argumenta que essa romantização do cuidado foi uma estratégia de poder, através da qual o capitalismo consolidou uma forma gratuita de reprodução social. Em outras palavras, as mulheres foram colocadas no coração da economia, mas fora das suas estatísticas. Tronto (2017), acrescenta que cuidar é, antes de tudo, um ato político, pois define quem tem valor e quem o concede. Assim, o trabalho doméstico é um campo onde se manifestam, de maneira íntima, as tensões entre o poder, o afecto e a sobrevivência.

No contexto angolano, essas tensões ganham contornos históricos e culturais próprios. Tvedten e Lázaro (2018), apontam que o trabalho doméstico urbano em Angola ainda carrega resquícios de hierarquias coloniais, reproduzidas nas relações entre empregadores e empregadas, relações marcadas pela distância social e pela assimetria de



reconhecimento. No entanto, estas mulheres não se definem apenas pela subordinação, nelas reside também uma força silenciosa e inventiva. Entre a escassez e a dignidade, constroem estratégias de autonomia, redes de apoio e práticas de solidariedade que lhes permitem resistir às instabilidades do quotidiano urbano.

Como sublinha Hooks (2019), a emancipação feminina não se cumpre apenas na entrada das mulheres no mercado formal, mas no reconhecimento do valor essencial do cuidado e da manutenção da vida. Em Angola, como em grande parte do mundo, o trabalho doméstico é uma ponte invisível que liga o privado ao público, o íntimo ao económico. Ele é, ao mesmo tempo, um ato de sobrevivência e uma forma de amor; um labor que sustenta o visível enquanto permanece nas sombras. Dar-lhe visibilidade é um gesto político e ético: é reconhecer que sem esse trabalho, nenhum outro trabalho seria possível.

### **Literacia Financeira e Gestão Familiar em Contextos de Vulnerabilidade**

A literacia financeira, mais do que um conjunto de conhecimentos técnicos, é uma forma de emancipação. Saber gerir o dinheiro, poupar, planear e decidir economicamente é, em muitos contextos, o que separa a sobrevivência da insegurança. Lusardi e Mitchell (2022, p. 23), afirmam que “a literacia financeira constitui um capital silencioso, que permite às famílias resistirem aos choques económicos e planearem o futuro com dignidade”. Contudo, essa competência não se distribui de forma equitativa, ela é atravessada por desigualdades de género, classe e escolaridade, que definem quem pode compreender e participar no sistema financeiro formal.

Em Angola, a questão adquire contornos urgentes. Segundo o INE (2023), apenas (24,7%) da população domina conceitos básicos de literacia financeira, sendo as mulheres as mais afectadas por essa exclusão. Esta fragilidade reflecte não apenas a carência de formação formal, mas também o distanciamento cultural e geográfico dos instrumentos financeiros. O Banco Nacional de Angola (BNA, 2024), reconhece que cerca de metade da população adulta permanece fora do sistema bancário, dependente de práticas informais de poupança e crédito. Essas formas alternativas, como as kixikilas e as associações comunitárias de ajuda mútua, são mais do que mecanismos económicos, são expressões de confiança e solidariedade que substituem, com engenho, a ausência do Estado.

Segundo Portes e Haller (2023), as empregadas domésticas urbanas, em particular, constroem uma racionalidade financeira própria. Com rendimentos instáveis e responsabilidades familiares elevadas, elas transformam a gestão do pouco em arte. Como observa Chen (2022), nas economias informais, as decisões financeiras não seguem necessariamente os modelos racionais da economia clássica são antes guiadas por redes sociais, afectos e compromissos colectivos. Nessa lógica, poupar não é apenas acumular, mas assegurar reciprocidade, investir em relações que garantem apoio em momentos de crise.

A literacia financeira, portanto, não se mede apenas em números ou percentagens, mas na capacidade de transformar o quotidiano em campo de decisão e autonomia. Em contextos de vulnerabilidade, gerir as finanças é também gerir a esperança, equilibrar o que se tem com o que se deseja, sem perder a dignidade. Como sublinham Portes e Haller (2023), a verdadeira liberdade económica reside na possibilidade de escolha, e é precisamente essa liberdade que a literacia financeira pode oferecer às mulheres que, com o seu trabalho invisível, sustentam famílias inteiras.

### **Sustentabilidade Familiar e Resiliência Económica em Angola**

A sustentabilidade familiar, entendida como a capacidade de manter a vida em equilíbrio diante das incertezas económicas e sociais, transcende os limites da economia formal. Trata-se de um conceito que une o material e o simbólico, o pão e o afecto, a renda e a esperança. Como lembra Sachs (2015, p. 22), a sustentabilidade é “um modo de habitar o tempo”, em que as famílias aprendem a projectar o futuro sem esgotar o presente. Nesse sentido, as famílias angolanas, especialmente aquelas sustentadas por mulheres que atuam na economia informal, demonstram uma resiliência silenciosa que desafia os paradigmas tradicionais do desenvolvimento.

Essa resiliência manifesta-se nas pequenas estratégias do quotidiano, o reaproveitamento de recursos, a partilha entre vizinhos, a diversificação das fontes de rendimento e a gestão prudente de cada kwanza. Tvedten (2019), observa que, em Luanda e noutras cidades angolanas, as famílias de baixa renda constroem microeconomias de sobrevivência baseadas em redes de confiança, onde a reciprocidade substitui o crédito e o afecto serve como moeda social. Estas práticas configuram uma forma alternativa de



sustentabilidade - menos dependente de instituições formais e mais ancorada na solidariedade e na criatividade colectiva.

A sustentabilidade familiar, neste contexto, é inseparável da dimensão de género. Estudos recentes apontam que as mulheres, sobretudo as chefes de família, assumem papéis centrais na estabilidade doméstica e comunitária (Silva, 2023). Elas gerem orçamentos apertados, planificam gastos, priorizam a educação dos filhos e garantem o alimento diário, tudo isso num cenário de precariedade estrutural. Contudo, essas acções, muitas vezes desvalorizadas no discurso económico dominante, representam um contributo essencial para a economia nacional. Fraser (2016, p.17), chama a esse fenómeno “a economia do cuidado invisível”, que sustenta o tecido social mesmo quando não é reconhecida pelo mercado.

A resiliência económica das famílias angolanas, portanto, não é um acaso, é uma prática aprendida, transmitida e reinventada. É a capacidade de continuar mesmo quando as estruturas falham, um exercício de imaginação e força. Essa sustentabilidade não se reduz à capacidade de consumo ou de poupança, mas à habilidade de reconstruir o quotidiano a partir da escassez, mantendo o sentido de pertencimento e de esperança. Como propõe Morin (2020), a verdadeira sustentabilidade é a arte de ligar o que está separado, integrar o económico, o social e o emocional numa ecologia de vida que permita florescer, mesmo em meio à adversidade.

### **Perspectivas Teóricas sobre Economia Invisível e Sustentabilidade**

A articulação entre economia invisível e sustentabilidade tem sido objecto de crescente atenção na literatura contemporânea, sobretudo porque ambas revelam tensões estruturais das sociedades atuais. A economia invisível atua simultaneamente como estratégia de sobrevivência e como sinal de fragilidade institucional. Assim, compreender essa intersecção exige uma leitura multidimensional que reconheça os limites da economia formal na captura do trabalho e das práticas que sustentam o quotidiano de milhões de pessoas.

Sob a perspectiva estrutural, estudos de Sachs (2015) e Silva (2023), sublinham que a informalidade permanece uma componente central das economias, contrariando

previsões de que o desenvolvimento formal eliminaria gradualmente essas práticas. Trabalhos como o de Chen (2023), destacam que a informalidade continua a crescer em muitos contextos urbanos, funcionando como uma rede essencial de rendimento, embora marcada pela ausência de direitos e pela instabilidade laboral.

A abordagem institucional, evidencia que práticas invisíveis são, frequentemente, moldadas por normas culturais, frágeis estruturas regulatórias e relações comunitárias que preenchem lacunas deixadas pelo Estado. De acordo com Portes e Haller (2023), a economia informal pode simultaneamente reforçar a coesão local e limitar a capacidade estatal de promover políticas de protecção social, criando um paradoxo para a sustentabilidade económica de longo prazo.

No âmbito da economia feminista, autores como Morin (2020), chamam atenção para o trabalho reprodutivo não remunerado, maioritariamente realizado por mulheres, cuja invisibilidade no cálculo económico é incompatível com qualquer modelo de sustentabilidade social. O reconhecimento desse trabalho é apontado como condição para a construção de sistemas económicos mais justos e equilibrados.

Por sua vez, a perspectiva ecológica, sublinha que práticas invisíveis, como agricultura de subsistência, reutilização e reparação de bens, desempenham um papel essencial na preservação de recursos naturais. Segundo Fraser (2016), a invisibilidade estatística destas actividades cria uma ruptura entre o que as economias valorizam e aquilo que efectivamente sustenta os ecossistemas.

No campo da economia digital, emergem novas formas de invisibilidade ligadas ao trabalho fragmentado em plataformas e à produção de dados. Estudos como o de Federici (2020), mostram que este trabalho, embora crucial para o funcionamento dos sistemas digitais, permanece amplamente não reconhecido, levantando questões sobre justiça laboral e sustentabilidade tecnológica.

De forma convergente, estas perspectivas indicam que a sustentabilidade - social, económica ou ambiental - só pode ser plenamente alcançada quando o contributo invisível for reconhecido, integrado e valorizado nas políticas públicas e nos sistemas de medição económica



## Resultados e Discussão

Os dados obtidos foram organizados, distribuídos e apresentados em tabelas, feitos no programa Microsoft Excel em Windows 2017. A análise e discussão foram feitas nos dados descritos nas tabelas. Para o tratamento de dados foram calculadas as suas subunidades em percentagem segundo a regra dos três simples para significância estatística.

**Tabela 1-**Representação da amostra em relação aos dados sociodemográficos

<b>Designação</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Frequências</b>	<b>Percentagens</b>
<b>Género</b>	Masculino	0	0
	Feminino	60	100%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Faixa etária</b>	< 20 anos	7	11,67%
	20 - 29 anos	13	21,67%
	30 - 39 anos	16	26,67%
	> 39 anos	24	40%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Estado civil</b>	Solteira	15	25%
	Casada/União de facto	13	21,67%
	Divorciada/Separada	23	38,33%
	Viúva	9	15%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Nível académico</b>	Sem escolaridade	0	0%
	Ensino Primário	37	61,67%
	Ensino Secundário	17	28,33%
	Ensino Médio	6	10%
	Ensino Superior	0	0%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Filhos sob tutela</b>	Nenhum	7	11,67%
	1 a 2 filhos	15	25%
	3 a 4 filhos	17	28,33%
	5 ou mais filhos	21	35%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Tempo como empregada doméstica</b>	< 1 ano	0	0%
	1 - 3 anos	7	11,67%
	4 - 6 anos	19	31,67%
	> 6 anos	34	56,67%
	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>
<b>Salário</b>	< 20.000,00	21	35%
	20.000,00 a 50.000,00	39	65%
	> 50.000,00	0	0%
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados da Tabela 1 revelam que a amostra analisada é constituída exclusivamente por mulheres (100%), o que confirma a forte feminização do trabalho doméstico no meio urbano angolano. Esta predominância evidencia que a economia invisível associada às empregadas domésticas está profundamente ligada a desigualdades de género, influenciando tanto a sua participação económica quanto as estratégias de gestão financeira que sustentam as famílias em contextos de vulnerabilidade.

Quanto a idade, a maioria das empregadas domésticas inquiridas encontra-se na faixa etária acima dos 39 anos (40%), seguida pelas que possuem entre 30 e 39 anos (26,67%). Este dado sugere que o trabalho doméstico tende a ser ocupado por mulheres em fases mais maduras da vida, o que pode estar associado à dificuldade de inserção em outros sectores formais do mercado de trabalho.

No que respeita ao estado civil, verificou-se uma predominância de mulheres divorciadas ou separadas (38,33%), seguidas das solteiras (25%). Essa configuração familiar evidencia o papel central das empregadas domésticas como chefes de família e principais provedoras do lar - um fenómeno que reforça a feminização da responsabilidade económica e a centralidade do trabalho doméstico na sustentabilidade familiar.

Quanto ao nível académico, a maioria das participantes possui apenas o ensino primário (61,67%), e nenhuma declarou ter formação superior. Este cenário confirma o baixo nível de escolarização característico do sector doméstico informal, o que limita o acesso a empregos formais. Ainda assim, observa-se que parte das inquiridas completou o ensino secundário (28,33%), o que demonstra algum avanço educacional, ainda que insuficiente para a mobilidade social desejada.

No que se refere à composição familiar, a maioria das trabalhadoras tem três ou mais filhos sob tutela (63,33%), indicando uma sobrecarga de responsabilidades domésticas e financeiras. Tal realidade reforça a relevância de analisar a sustentabilidade familiar, o que impacta directamente na capacidade de poupança e planeamento económico.

Quanto ao tempo de exercício da profissão, destaca-se que (56,67%) das inqueridas trabalham há mais de seis anos como empregadas domésticas, o que revela um elevado grau de estabilidade ocupacional dentro da informalidade. Essa permanência prolongada



pode ser interpretada tanto como expressão de resiliência quanto como sinal da falta de alternativas profissionais.

Por fim, a análise dos dados salariais mostram que todas as empregadas domésticas inquiridas recebem menos de 50.000,00 Kz por mês, sendo (65%) entre 20.000,00 e 50.000,00 Kz e (35%) abaixo dos 20.000,00 Kz. Estes valores revelam uma remuneração muito baixa face ao custo de vida urbano, reflectindo a desvalorização estrutural do trabalho doméstico e a consequente vulnerabilidade económica das trabalhadoras.

**Tabela 2** - Costuma planear o uso do seu dinheiro mensalmente

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim, sempre	57	95
Às vezes	3	5
Nunca	0	0

A leitura dos dados da Tabela 2 revela um quadro notavelmente positivo, (95%) das empregadas domésticas afirmaram planear o uso do seu dinheiro mensalmente, o que indica uma consciência financeira significativa, mesmo em contextos de baixos rendimentos. Essa atitude evidencia uma racionalidade económica intrínseca à vida quotidiana das mulheres inseridas na economia informal, que, segundo Chen (2022), desenvolvem estratégias de gestão minuciosas como forma de garantir estabilidade face à imprevisibilidade do rendimento. Assim, o planeamento financeiro emerge como um ato de resistência e de autocontrolo, em que cada decisão sobre o dinheiro traduz uma tentativa de ordenar o incerto e sustentar o essencial.

Em investigações conduzidas em outros contextos africanos, como as de Mbatha (2020) na África do Sul e de Aina (2021), na Nigéria, observou-se que mulheres em ocupações informais apresentam práticas semelhantes de disciplina financeira, moldadas não pela abundância, mas pela escassez. O planeamento, nesses casos, não é apenas uma competência económica, mas também uma forma de sobrevivência culturalmente aprendida e transmitida entre gerações. O mesmo parece ocorrer em Angola, o ato de fazer render o pouco é uma expressão de sabedoria prática e de racionalidade empírica, que se constrói no seio das famílias e comunidades femininas.

Ao considerar que apenas (5%) das inquiridas afirmaram planear “às vezes” e nenhuma declarou “raramente” ou “nunca”, percebe-se que a educação financeira formal é

substituída por uma pedagogia da experiência, nascida da necessidade. Federici (2020), lembra que o trabalho doméstico e o cuidado são também espaços de produção de conhecimento, onde as mulheres aprendem a gerir o tempo, o afecto e os recursos com rigor invisível. Dessa forma, o planeamento financeiro das empregadas domésticas angolanas não é apenas um instrumento económico, mas um gesto de dignidade e autonomia, revelando que a sustentabilidade familiar, ainda que precária, é construída através de um profundo sentido de responsabilidade e de esperança activa.

**Tabela 3** - Tem algum tipo de poupança ou participa em grupos de ajuda mútua (Kixikila, associação, etc.)

Respostas	n	%
Sim, sempre	26	43,33
Às vezes	29	48,33
Não	5	8,33

Os dados da Tabela 3 evidenciam que a maioria das empregadas domésticas mantém alguma forma de poupança, (48,33%) afirmaram poupar às vezes, enquanto (43,33%) o fazem sempre. Apenas (8,33%) declararam não possuir qualquer prática de poupança. Esta tendência demonstra que, mesmo em contextos de rendimentos extremamente baixos, as trabalhadoras domésticas mobilizam estratégias financeiras adaptativas, baseadas em saberes colectivos e experiências acumuladas. Segundo Chen (2022), essa capacidade de organizar recursos escassos é uma marca estrutural das mulheres que atuam na economia informal, cuja racionalidade económica nasce do imperativo da sobrevivência e da necessidade de criar estabilidade onde o mercado formal não a oferece.

A prática de poupança, formal ou informal, é também uma expressão de solidariedade comunitária. O recurso a sistemas tradicionais como a kixikila (ou kixinha) revela a força das redes de confiança e interajuda que sustentam a vida quotidiana nas cidades angolanas. Estudos realizados por Silva (2023), em Luanda e por Moyo (2020), no Zimbabué mostram que essas associações de poupança funcionam como autênticos bancos sociais, onde o crédito é substituído pela confiança e o capital é partilhado com base em vínculos afectivos. Assim, poupar não é apenas guardar dinheiro, é participar de uma economia moral, onde a reciprocidade se torna instrumento de protecção e de esperança colectiva.



A reduzida percentagem das trabalhadoras que não poupam (8,33%) pode ser interpretada menos como falta de disciplina financeira e mais como resultado da insuficiência do rendimento. Federici (2020), recorda que, nos contextos de informalidade feminina, o dinheiro raramente circula como excedente, ele entra e sai com a urgência das necessidades. Ainda assim, a expressiva adesão à poupança, mesmo que irregular, reflecte uma cultura de resistência económica e de gestão criativa, na qual cada moeda guardada simboliza não apenas um cálculo racional, mas também um ato de fé na continuidade da vida.

**Tabela 4** - O que tem feito quando o rendimento não é suficiente

Respostas	n	%
Reduzo despesas	0	0
Peço ajuda a familiares ou amigos	22	36,67
Faço trabalhos extras	24	40
Peço adiantamento / empréstimo	14	23,33

Os resultados da Tabela 4 revelam a dinâmica de resiliência e criatividade económica que caracteriza o quotidiano das empregadas domésticas angolanas. Diante da insuficiência do rendimento mensal, (40%) das inquiridas afirmaram recorrer a trabalhos extras, enquanto (36,67%) dependem do apoio de familiares ou amigos, e (23,33%) recorrem a adiantamentos ou empréstimos. Nenhuma das participantes indicou a redução de despesas como solução, o que demonstra que o orçamento doméstico já se encontra no limite da sobrevivência, sem margem para cortes adicionais. Tal constatação confirma o que Portes e Haller (2023), descrevem como a racionalidade da necessidade, em que as decisões económicas são determinadas menos pela escolha e mais pela urgência das condições materiais.

A forte presença de estratégias baseadas em redes de solidariedade, sejam elas familiares, comunitárias ou laborais, evidencia a importância do capital social na sustentação das economias informais. De acordo com Chen (2022), o capital social funciona como uma forma de riqueza relacional, na qual a confiança e a reciprocidade substituem os mecanismos formais de crédito e protecção social. No caso angolano, essa rede de interdependência torna-se essencial num cenário em que a informalidade domina as relações de trabalho e o Estado oferece limitada cobertura de segurança económica. Como

observa Silva (2023), é nessa teia de apoios mútuos que as mulheres recriam diariamente a possibilidade de manter suas famílias em equilíbrio.

A prática de realizar trabalhos extras revela ainda um traço marcante da pluriactividade feminina urbana. Essas mulheres não apenas trabalham em casas alheias, mas também vendem produtos, cuidam de crianças ou prestam pequenos serviços, formas de complementar o rendimento e preservar a autonomia. Federici (2020), interpreta essa multiplicidade de tarefas como expressão de uma economia invisível sustentada pela força reprodutiva das mulheres, que, mesmo em condições adversas, produzem valor social e económico fora das métricas do mercado formal. Assim, a gestão do insuficiente torna-se, paradoxalmente, um exercício de potência e de invenção quotidiana, onde o trabalho se converte em sobrevivência e dignidade.

**Tabela 5** - O principal responsável pelas despesas em casa

Respostas	n	%
Eu mesma	39	65
Eu e o meu companheiro	13	21,67
Outro familiar	0	0
Todos contribuem	8	13,33

Os dados da Tabela 5 revelam um elemento central da estrutura socioeconómica das famílias angolanas chefiadas por mulheres (65%) das empregadas domésticas declararam ser as principais responsáveis pelas despesas da casa, enquanto (21,67%) partilham essa responsabilidade com o companheiro e (13,33%) afirmam que todos contribuem. Nenhuma participante indicou depender integralmente de outro familiar, o que indica um padrão consolidado de auto-suficiência feminina e reafirma o papel da mulher como pilar económico do lar. Esta realidade alinha-se com o que Sardenberg (2021), descreve como o protagonismo silencioso das mulheres trabalhadoras, cuja força laboral invisível sustenta não apenas as famílias, mas a própria economia urbana.

A predominância de mulheres provedoras em contextos de baixa renda é um fenómeno amplamente identificado em estudos africanos e latino-americanos. Chen (2022) observa que, nos sectores informais, a mulher é frequentemente simultaneamente produtora e mantenedora, combinando múltiplas funções, laboral, materna e comunitária, sem a contrapartida de reconhecimento social. Em Angola, conforme Silva (2023), esta

sobreposição de papéis traduz-se numa dupla carga de trabalho, o emprego doméstico remunerado e a gestão da casa própria, ambos realizados sob condições precárias e com poucos recursos. Assim, a empregada doméstica torna-se o eixo invisível da sustentabilidade familiar, equilibrando as dimensões económica e afectiva da sobrevivência.

O facto de uma minoria afirmar que “todos contribuem” (13,33%) sugere um movimento discreto de partilha económica no seio familiar, ainda que restrito. Essa cooperação, embora reduzida, reflecte o surgimento de novas formas de solidariedade interna e reorganização dos papéis domésticos, fenómeno já identificado por Moyo (2020), como indício de transformação social nos lares urbanos africanos. No entanto, o predomínio do sustento feminino continua a evidenciar a feminização da responsabilidade económica, um processo que, embora nasça da desigualdade estrutural, também manifesta a autonomia, a resiliência e a agência das mulheres angolanas diante de contextos económicos adversos.

**Tabela 6** - O seu trabalho garante as mínimas condições para sua família

Respostas	n	%
Sim	0	0
Parcialmente	43	71,66
Não	17	28,33

A leitura da Tabela 6 revela um sentimento colectivo de insuficiência económica entre as empregadas domésticas angolanas: nenhuma delas considera que o seu trabalho garanta totalmente as mínimas condições para suas famílias. (71,66%) reconhecem que o impacto é parcial, e (28,33%) afirmam que o trabalho não assegura as mínimas condições do lar. Este panorama reflecte a profunda disjunção entre esforço e reconhecimento que caracteriza o trabalho doméstico, onde o valor social do serviço prestado não encontra correspondência no retorno financeiro. Como observa Federici (2020), o trabalho doméstico é historicamente desvalorizado, mesmo sendo indispensável à manutenção da vida e ao funcionamento das economias urbanas.

Este sentimento de insuficiência é também uma expressão do que Portes e Haller, (2023), chamam de privação de capacidades, a impossibilidade de transformar o trabalho em liberdade real para escolher e viver com dignidade. As empregadas domésticas angolanas, embora exerçam um papel central na economia familiar, continuam limitadas

por instabilidade contratual e ausência de protecção social. Estudos realizados por Chen (2022), e pela OIT (2021), reforçam que essa realidade é comum a grande parte das mulheres inseridas na economia informal africana, cuja renda raramente ultrapassa o limiar de subsistência. Assim, o que o dado expressa não é falta de empenho, mas o reflexo de um sistema económico que as mantém à margem da segurança e da autonomia financeira.

Por fim, como destaca Silva (2023), a sustentabilidade familiar nas periferias urbanas angolanas não se mede apenas em números, mas na capacidade das mulheres de transformar o pouco em suficiente. Assim, o parcialmente das respostas não significa derrota, é, antes, um testemunho da luta silenciosa pela dignidade, da esperança que persiste e do compromisso inabalável com a vida.

**Tabela 7** – Consideras que o seu trabalho é valorizado

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	0	0
Parcialmente	23	38,33
Não	37	61,67

Os resultados da Tabela 7 revelam uma percepção de invisibilidade social profundamente enraizada entre as empregadas domésticas angolanas (61,67%) afirmam que o seu trabalho não é valorizado, enquanto (38,33%) reconhecem uma valorização apenas parcial. Nenhuma participante declarou sentir-se plenamente reconhecida. Esta ausência total de validação traduz o paradoxo do trabalho doméstico, trata-se de uma ocupação essencial para a reprodução da vida urbana, mas que permanece simbolicamente marginalizada. Federici (2020), argumenta que essa desvalorização é resultado histórico da divisão sexual do trabalho, que relegou as tarefas de cuidado e manutenção ao domínio do não produtivo, ocultando sua contribuição real para a economia e para o bem-estar colectivo.

Em contextos como o angolano, essa invisibilidade adquire contornos específicos. Segundo Silva (2023), a herança colonial e patriarcal ainda estrutura a forma como o trabalho doméstico é percebido, associado à subalternidade, à falta de instrução e à feminização da pobreza. Tal percepção reforça estigmas e impede o reconhecimento das empregadas domésticas como agentes económicas e sociais, capazes de produzir valor e sustentar famílias inteiras. Esse fenómeno não é exclusivo de Angola, estudos realizados

por Mbatha (2020), na África do Sul e por Aina (2021), na Nigéria mostram que o trabalho doméstico, embora central para a vida urbana, continua a ser culturalmente visto como trabalho menor, invisível nas estatísticas e no imaginário social.

Apesar desse quadro, o reconhecimento parcial assinalado por (38,33%) das participantes indica uma lenta transformação na percepção social, possivelmente associada ao crescimento de debates sobre género, direitos laborais e dignificação do trabalho doméstico. Chen (2022), observa que, nos últimos anos, a visibilidade das trabalhadoras informais tem aumentado, fruto da mobilização de organizações femininas e sindicais que lutam por formalização, salário justo e reconhecimento legal. Assim, ainda que o sentimento predominante seja de desvalorização, emerge, de forma discreta, uma consciência colectiva de merecimento e dignidade, que começa a inscrever o trabalho doméstico no espaço público como um ato de cuidado, de produção e de resistência.

Tabela 8 - As principais dificuldades que enfrenta na gestão do seu rendimento (Marcar mais de uma opção)

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Salário não cobre as despesas familiares	60	100
Falta de estabilidade no emprego	59	98,33
Falta de acesso a poupança	49	81,67

Os resultados da Tabela 8 revelam um quadro de precariedade estrutural que condiciona profundamente a capacidade de gestão financeira das empregadas domésticas angolanas. Todas as participantes (100%) identificaram o “salário não cobre as despesas familiares” como o principal entraves à organização do rendimento, enquanto (98,33%) apontaram a falta de estabilidade no emprego e (81,67%) a ausência de acesso a mecanismos formais de poupança. Esses dados reflectem não apenas limitações individuais, mas sobretudo um sistema económico excludente, no qual o trabalho feminino informal permanece desprotegido e sub-remunerado. Como observa Chen (2022), a vulnerabilidade financeira das mulheres no sector informal não decorre da ausência de esforço, mas da inexistência de condições estruturais que lhes permitam transformar o trabalho em autonomia económica.

A combinação entre salários insuficientes e despesas elevadas evidencia uma contradição típica das economias urbanas africanas contemporâneas, o custo de vida aumenta mais rapidamente do que as oportunidades de rendimento. Segundo a OIT (2021),

essa discrepância reforça ciclos de pobreza e informalidade, obrigando muitas trabalhadoras a viver em permanente instabilidade financeira. Em Angola, conforme Silva (2023), o peso das despesas familiares recai quase inteiramente sobre as mulheres, que sustentam os lares sem segurança contratual e com reduzido acesso a crédito ou serviços bancários. Tal realidade transforma a gestão do rendimento num exercício constante de imprevisto e resiliência, onde cada decisão financeira é marcada pela urgência e pela esperança.

A limitação do acesso a poupança e instrumentos financeiros formais (81,67%) reforça o carácter excludente do sistema económico formal. Portes e Haller (2023), já afirmavam que a economia informal emerge precisamente para suprir as falhas das instituições formais, uma lógica que se mantém viva no contexto angolano. Para as empregadas domésticas, poupar não é um ato simples de disciplina económica, mas um gesto de resistência simbólica frente à incerteza. Assim, a gestão do rendimento entre essas mulheres é, simultaneamente, um espaço de precariedade e de criação, onde o pouco se transforma em sustento e o invisível em força social.

Tabela 9 - A sua principal aspiração para o futuro

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Abrir um pequeno negócio	12	20
Garantir a educação dos filhos	39	65
Ter casa própria	7	11,67
Melhorar as condições de trabalho	2	3,33

Os dados da Tabela 9 expressam de forma comovente a dimensão humana e projectiva da vida das empregadas domésticas angolanas. A maioria (65%) afirma que a sua principal aspiração é garantir a educação dos filhos, seguida por (20%) que desejam abrir um pequeno negócio, (11,67%) que almejam ter casa própria, e apenas (3,33%) que pretendem melhorar as condições de trabalho. Esses resultados revelam que, mesmo diante de uma realidade marcada pela precariedade, o horizonte das suas esperanças não é individualista nem imediatista, ele está orientado para o futuro colectivo e intergeracional. Conforme Chen (2022), o desenvolvimento humano começa quando as pessoas vislumbram a possibilidade de expandir as capacidades das próximas gerações, e é precisamente esse impulso que move as mulheres aqui retratadas.

A prioridade atribuída à educação dos filhos confirma o papel das empregadas domésticas como agentes de reprodução social e de mobilidade simbólica. Segundo Silva (2023), para muitas mulheres angolanas, investir na escolarização dos filhos é a forma mais concreta de romper o ciclo de pobreza e invisibilidade que as atinge. Essa visão ecoa o que Federici (2020), denomina de economia do cuidado ampliado, na qual o trabalho e o sacrifício femininos visam não apenas a sobrevivência material, mas também a continuidade afectiva e o futuro dos que virão. O ato de priorizar a educação, portanto, transcende a racionalidade económica, é um gesto de esperança e de resistência, uma forma de projectar dignidade num contexto de incerteza.

Já o desejo de abrir um pequeno negócio (20%) e ter casa própria (11,67%) reflecte a busca por autonomia económica e estabilidade material, valores que emergem do quotidiano de quem há muito vive sob instabilidade e dependência. Estudos realizados por Chen (2022) e Moyo (2020), em outros contextos africanos apontam que o empreendedorismo feminino informal é frequentemente uma extensão natural do trabalho doméstico, um prolongamento do cuidado e da autogestão, mas agora transformado em fonte de rendimento e reconhecimento social. Nesse sentido, as aspirações aqui observadas não se limitam a sonhos, são projectos de libertação silenciosa, enraizados na esperança activa de mulheres que, mesmo em condições de vulnerabilidade, continuam a construir o futuro com as próprias mãos.

## **Conclusões**

O estudo revelou que as empregadas domésticas angolanas exercem uma gestão financeira consciente e adaptada às suas condições socioeconómicas, mesmo enfrentando baixos salários e instabilidade laboral. As duas hipóteses foram validadas, a primeira, sobre a existência de práticas financeiras ajustadas à realidade económica, e a segunda, referente à contribuição parcial dessa gestão para a sustentabilidade familiar.

Os resultados mostraram que a maioria planeia o uso do dinheiro, poupa sempre que possível e assume o papel de principal provedora do lar, garantindo, sobretudo, a educação dos filhos como forma de romper o ciclo de vulnerabilidade. Assim, a economia doméstica, ainda que invisível, constitui um pilar silencioso da sustentabilidade social urbana, onde o trabalho feminino é simultaneamente ato de resistência e de esperança.

Conclui-se, pois, que a economia invisível das empregadas domésticas é um espaço de força, racionalidade e dignidade, cujo reconhecimento é essencial para repensar políticas públicas e promover uma economia mais humana e inclusiva em Angola.

## **Recomendações**

Para o Governo, recomenda-se, em primeiro lugar, a criação e implementação de políticas públicas específicas que reconheçam formalmente o trabalho doméstico, assegurando salário justo, protecção social e acesso à segurança laboral. Em segundo lugar, é fundamental promover programas de educação financeira e inclusão bancária, voltados às mulheres do sector informal, de modo a ampliar o acesso ao crédito e incentivar a formação de poupança.

Às empregadas domésticas, recomenda-se a continuidade e fortalecimento das práticas de planeamento financeiro colectivo, como grupos de ajuda mútua (Kixikila) e associações comunitárias, que demonstraram ser espaços eficazes de apoio e estabilidade. Além disso, incentiva-se a participação em formações sobre gestão de rendimento e empreendedorismo, valorizando o conhecimento prático já existente e ampliando oportunidades de autonomia económica.

Para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento da análise das redes de solidariedade feminina e do seu impacto na sustentabilidade familiar, bem como a exploração comparativa entre o trabalho doméstico urbano e rural, de modo a compreender as especificidades regionais e propor estratégias de inclusão mais eficazes.



## Referências Bibliográficas

- Aina, T. (2021). Trabalho doméstico e sobrevivência urbana: Perspectivas femininas na Nigéria. Lagos: Editora da Universidade de Lagos.
- Anderson, B. (2021). A casa como local de produção: Reflexões sobre o trabalho doméstico e a economia invisível. *Revista de Estudos de Género*, 30(1), 30–42.
- Banco Nacional de Angola. (2024). Relatório sobre a inclusão financeira em Angola. Luanda: Banco Nacional de Angola.
- Chen, M. (2022). A economia informal e o trabalho invisível das mulheres: Desafios e oportunidades no Sul Global. *Organização Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO)*.
- De Soto, H. (1989). *O outro caminho: A revolução invisível no Terceiro Mundo*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Dias, M. (2018). *Metodologia científica: Fundamentos e práticas aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Federici, S. (2020). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante.
- Fraser, N. (2016). Contradições do capital e do cuidado: O capitalismo em tempos de crise social. *Nova Revista de Esquerda*, 100, 99–117.
- Hart, K. (1973). Trabalho informal no Gana: O problema e a resposta. *Revista de Estudos Africanos Modernos*, 11(1), 61–89.
- Hooks, b. (2019). *O feminismo é para todo o mundo*. São Paulo: Rosa dos Tempos.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). Relatório sobre a literacia financeira e o uso do tempo em Angola. Luanda: INE.
- Organização Internacional do Trabalho. (2024). *Perspectivas mundiais do emprego e sociais 2024: O papel do trabalho doméstico na economia informal*. Genebra: OIT.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2016). *Fundamentos de metodologia científica* (8.ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2022). Literacia financeira e bem-estar familiar: Lições globais. *Revista de Perspetivas Económicas*, 36(2), 22–38.
- Mahon, R. (2024). A economia do cuidado como projeto feminista na América Latina e no Caribe. *Revista Global de Política Social*, 21(1), 27–39.
- Martins, G. A., & Théophilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Morin, E. (2020). *A via: Para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Moyo, T. (2020). Redes de solidariedade e poupança feminina em contextos urbanos africanos: Estudo de caso no Zimbabué. *Revista Africana de Desenvolvimento Social*, 5(3), 101–118.
- Portes, A., & Haller, W. (2023). A economia informal: Estruturas, significados e políticas. *Revista Sociológica*, 71(4), 510–533.
- Sachs, I. (2015). *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sardenberg, C. (2021). *Mulheres e trabalho: Autonomia e desigualdade nas economias invisíveis*. Salvador: EDUFBA.
- Silva, L. (2023). *Mulheres, informalidade e sustentabilidade familiar em Angola*. Luanda: Editora da Universidade Agostinho Neto.
- Tronto, J. (2017). *Um mundo vulnerável: Ensaio sobre o cuidado e a responsabilidade*. São Paulo: Paulus.
- Tvedten, I. (2019). *A pobreza e a vida urbana em Angola: Narrativas de sobrevivência*. Bergen: Instituto Chr. Michelsen.
- Tvedten, I., & Lázaro, M. (2018). Trabalho doméstico e desigualdade social em Angola. *Série de Documentos de Trabalho do CMI*, 3(18), 1–25.
- Warin, P., Diniz, G., & Fernández, M. (2024). A economia do cuidado e as desigualdades estruturais no Sul Global. *Revista de Estudos do Desenvolvimento*, 12(2), 45–62.